

# Um sermão que ecoa há mais de 50 anos

**Quatro dias antes de ser assassinado, Martin Luther King advertiu quanto aos riscos de dormir durante uma revolução**

**João Luiz Rosa**

**Valor 20/01/2023**

---

Se estivesse vivo, Martin Luther King Jr. teria completado 94 anos no dia 14. Ele não chegou aos 40. Morreu em 1968, com um tiro no pescoço, ao sair na sacada do motel Lorraine, em Memphis, Tennessee. O lugar era um destino conhecido entre a população negra. Estava no “Green Book”, um guia que listava estabelecimentos que os negros podiam frequentar com relativa segurança em redutos segregacionistas. King se preparava para jantar com um grupo de amigos quando foi atingido pelo disparo de um rifle Remington-Peters, que calou sua voz. Mas é surpreendente como ele continua a falar, com propriedade e urgência, aos tempos atuais.

Vencedor do Prêmio Nobel da Paz em 1964, o pastor batista e ativista dos direitos humanos fez mais de 2,5 mil sermões durante sua vida. A última pregação dominical ocorreu quatro dias antes de seu assassinato, na Catedral Nacional de Washington, um dos púlpitos mais prestigiados dos Estados Unidos. No sermão, intitulado “Permanecendo acordado durante uma grande revolução”, ele reconta a história de Rip Van Winkle, personagem que dá título a um conto do escritor Washington Irving, o mesmo de “A lenda do cavaleiro sem cabeça”. É sobre um homem que perde um momento histórico - a guerra de independência americana - porque passa 20 anos dormindo.

Último sermão de Martin Luther King continua atual

O discurso é um alerta quanto ao risco de se “cochilar” durante períodos de grande transformação e um chamado à ação. Que tipo de ação?

Em um ensaio publicado pelo “New York Times”, o escritor e teólogo Esau McCaulley, professor de Novo Testamento do Wheaton College, observa que King apresenta um caso de defesa convincente das reparações que o país deveria fazer com base na dívida contraída com seus cidadãos negros.

“Há aqueles que ainda acham que, se o negro deve sair da pobreza, se o negro deve deixar as condições de favela, se deve sair da discriminação e da segregação, ele deve fazer tudo sozinho... Nunca param para perceber a dívida que têm com um povo mantido em escravidão por 244 anos”, diz King num trecho da pregação. E, em outro: “Em 1863, foi dito ao negro que ele estava livre como resultado da Proclamação de Emancipação assinada por Abraham Lincoln. Mas ele não recebeu nenhuma terra para tornar a liberdade significativa”.

No Brasil, onde a escravidão africana durou cerca de 330 anos, a população negra também foi abandonada após a assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel, em 1888.

Até hoje, certos segmentos da sociedade brasileira negam que a escravidão esteja na raiz da desigualdade que marca o país, da mesma forma como não se reconhece legitimidade das medidas de compensação como forma de fazer justiça e diminuir as diferenças.

Nos quatro anos do governo Bolsonaro, a situação piorou, com um recuo na agenda das ações afirmativas e a oficialização do preconceito. Entre outros episódios, o então presidente minimizou o racismo; fez piada com o peso de um apoiador negro - “tu pesa o quê? Mais de

sete arrobas” -; e afirmou que o debate sobre racismo estrutural era uma estratégia dos adversários para dividir os brasileiros.

Essa displicência se refletiu na administração federal. Um dos exemplos mais eloquentes foi a nomeação do jornalista Sergio Camargo para a presidência da Fundação Palmares, órgão responsável, entre outras atribuições, pela certificação dos quilombos. Numa sucessão de polêmicas, Camargo defendeu o fim das cotas nas universidades, atacou movimentos negros e declarou que a escravidão havia sido “benéfica” para os descendentes dos negros escravizados. Ao deixar o cargo no ano passado, para concorrer a um cargo eletivo, escreveu no Twitter: “Chora, negrada vitimista”. Ele se candidatou a deputado federal em São Paulo. Não foi eleito.

Diferentemente dos EUA, onde representam 13% da população, os negros são maioria no Brasil. Segundo dados do IBGE, o grupo, que é a soma de pretos e pardos, equivale a 56,1% da população. A pobreza entre negros é o dobro que a entre brancos. Considerando uma renda de US\$ 5,50 por dia, a taxa de pobreza atinge 18,6% da população branca, mas chega a 34,5% entre pretos e 38,4% entre pardos. Os dados, divulgados no fim do ano passado, refletem o cenário de 2021 e integram o estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”.

Para mudar esse quadro, ações de reparação são imprescindíveis. A política de cotas nas universidades públicas, que até hoje provoca polêmica, é um exemplo disso. Promulgada em 2012, a Lei de Cotas (nº 12.711) estabelece que pelo menos 50% das vagas nas universidades federais devem ser destinadas a alunos da rede pública de ensino. Também prevê, entre os cotistas, vagas para pessoas pretas, pardas, indígenas e com deficiência (PCD).

Em 2018, pela primeira vez, o número de negros nessas escolas ultrapassou o de brancos, chegando a 50,3%. Em 1997, para comparar, só 1,8% da população negra frequentava algum curso superior.

A criação do Ministério da Igualdade Racial pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva é uma sinalização importante da relevância que a nova administração dará ao assunto, assim como a decisão de equiparar os crimes de injúria racial e racismo, sancionada na semana passada. No crime de injúria, a ofensa é direcionada a um indivíduo; no de racismo, a uma coletividade. A maior parte dos crimes raciais no país é registrada como injúria, que tem pena menor. No Estado de São Paulo, por exemplo, foram registrados 1.001 casos de injúria entre 2010 e 2018, frente a 192 de racismo, segundo levantamento do Núcleo de Justiça Racial e Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A equiparação aumenta a pena de injúria e torna o crime inafiançável e imprescritível.

Martin Luther King Jr. sabia que o combate ao racismo era um caminho acidentado. Nunca menosprezou os riscos, mas, também, nunca perdeu a esperança. “O arco do universo moral é longo, mas se inclina para a Justiça” foi uma das últimas frases de seu sermão derradeiro.

**João Luiz Rosa é repórter especial. Hoje, excepcionalmente, Claudia Safatle não escreve.**